



2010

VICTORIA Seguros, S.A.

Relatório e Contas 2010

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador **ERGO**.



2010

2

VICTORIA – Seguros, S.A.

2010

Relatório e Contas

81.º ano de actividade da

VICTORIA em Portugal

Relatório e Contas aprovadas em AG a 25 de Março de 2011

Índice

4	Órgãos Sociais
6	Relatório do Conselho de Administração
10	Balanço em 31.12.10 e 31.12.09
12	Demonstração dos Resultados em 31.12.10 e 31.12.09
14	Demonstração do Rendimento Integral em 31.12.10 e 31.12.09
15	Demonstrações de Fluxo de Caixa em 31.12.10 e 31.12.09
16	Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31.12.10 e 31.12.09
18	Notas às Demonstrações Financeiras em 31.12.10 e 31.12.09
80	Certificação Legal de Contas
83	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Órgãos Sociais - VICTORIA – Seguros, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro
Presidente

J. A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade Advogados
(representada por Diogo Pereira Duarte)
Secretário

Conselho de Administração

Bernd Knof
Presidente

Thomas Hans Schirmer
Vice-Presidente

Patrick Schwarz
Administrador Delegado

Donald Gambardella
Vogal

Francisco Campilho
Vogal

Órgãos Sociais - VICTORIA – Seguros, S.A.

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

José António Almaça
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados – S.R.O.C., S.A.
(representada por Ana Dourado)

Jean-éric Gaing
Suplente

Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas do Anexo do exercício de 2010.

1.1 Actividade da Empresa

A VICTORIA – Seguros, S.A. explora, no seguro directo, para os mercados de particulares e de empresas os ramos Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Marítimo e Transportes, Responsabilidade Civil e Diversos. O ramo Doença é também explorado no resseguro aceite.

Representamos, para a regularização dos sinistros automóveis em Portugal, as companhias do Grupo na Alemanha, Áustria, Espanha, Itália, Holanda e Grécia.

1.2 Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu € 106.491.259 (2009: € 92.311.578) evidenciando um crescimento de 15,4% (2009: 0,3%). Relativamente aos contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efectuadas pelos tomadores de seguro, registou uma quebra de 37,0% (2009: 34,4%), situando-se em € 2.905.170 (2009: € 4.612.075).

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços foi assim de € 109.396.429 (2009: € 96.923.652) registando-se assim um crescimento de 12,9% (2009: decréscimo de 2,2%).

1.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros situaram-se em € 78.426.555 (2009: € 58.584.837), evidenciando um aumento de 33,9% (2009: redução de 15,3%) correspondendo a um agravamento do rácio de sinistralidade da Empresa.

1.4 Resseguro Cedido

A VICTORIA – Seguros, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique, a Swiss Re e a Trans Re em Zurique, a GMF (ex. AMF), em Estrasburgo, a John Hancock, em Boston, a Lanforsakringar, em Estocolmo, a Nacional de Reaseguros, em Madrid, a New Re, em Zurique, a Odyssey Re, a Paris Re e a Partner Re em Paris, a R+V Versicherung AG, em Wiesbaden, a Scor Global P&C Ibérica, em Madrid. Iniciou contrato com a Hannover Re, em Hannover no tratado proporcional de Incêndio e com a Hannover Re, nas Bermudas, para o CAT XL. Em Assistência, a VICTORIA – Seguros, S.A. manteve contratos com a CARES e a Europ Assistance, ambas em Lisboa.

Estamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

1.5 Custos de exploração líquidos

Os custos de exploração líquidos situaram-se em € 24.058.842 (2009: € 20.843.586).

Relatório do Conselho de Administração

1.6 Investimentos

A carteira de investimentos atingiu no final de 2010 um montante de € 98.568.803 (2009: € 93.776.239). Numa conjuntura de baixas taxas de juro, os proveitos de investimentos atingiram € 2.061.097 (2009: € 2.553.345).

1.7 Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia no final do ano um rácio de cobertura de 1,17 (2009: 1,07).

No seguimento da deliberação na Assembleia Geral de 19 de Abril, procedeu-se a um aumento de capital da sociedade de € 6.000.000 através da emissão de 400.000 novas acções subscritas integralmente pela accionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de € 5, perfazendo um total de € 2.000.000, com um ágio da emissão total de € 4.000.000.

No dia 17 de Dezembro, após aprovação em Assembleia Geral extraordinária, procedeu-se a novo reforço dos capitais próprios no valor total de € 4.500.000, através de um aumento do capital social da sociedade de € 1.000.000, por entradas em dinheiro, com emissão de 200.000 novas acções ordinárias com o valor nominal de € 5 cada uma, e com um prémio de emissão global de € 3.500.000, aumento este reservado à VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Na sequência destas operações a VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ter um capital social de € 16.000.000, representado por 3.200.000 acções, de valor nominal de € 5 cada.

1.8 Governo da Sociedade

A estrutura e o montante da remuneração dos membros dos órgãos de administração são definidos pela comissão de vencimentos que é presidida por um representante do accionista único do grupo em Portugal, a sociedade ERGO International AG e é constituída pelas seguintes componentes:

Quadro 1

Componente	Parâmetros	Intervalo	Condição de pagamento	Pagamento
Remuneração base	Função e responsabilidades	Valor fixo	Acordo contratual	Mensal
Remuneração variável de curto prazo : bónus anual	Objectivos globais da empresa	0 -100%	Atingimento de objectivos	Anual, no ano subsequente
Remuneração variável de médio prazo: bónus de médio prazo	Objectivos a 3 anos da empresa	0 -100%	Atingimento de objectivos	No quarto ano, relativo aos três anos anteriores

No que se refere ao órgão de fiscalização, a remuneração dos membros do Conselho fiscal consiste numa quantia fixa determinada em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

Relatório do Conselho de Administração

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e

individual, são os seguintes:

			Quadro 2 - (Unidade: Euros)	
			2010	2009
Conselho de Administração			404.166	275.608
Administrador-Delegado	Patrick Schwarz	Outras remunerações	175.000	168.194
		Bónus Anual		
Administrador	Francisco Campilho	Outras remunerações	92.951	93.014
		Bónus Anual	21.825	14.400
Conselho Fiscal			3.500	3.500
Presidente	João Lara	Outras remunerações	3.500	3.500
Vogal	Fernando Gaspar	Outras remunerações		
Vogal	José Almaça	Outras remunerações		

1.9 Outras informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

1.10 Ligações de grupo, recursos comuns

A VICTORIA – Seguros, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador ERGO com sede social em Duesseldorf, R.F.A.. Em Portugal o Grupo é representado pelo nosso accionista único VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., e que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efectuada na base de critérios objectivos, observando a natureza e o fim da despesa.

Relatório do Conselho de Administração

1.11 Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi € – 10.645.239 (2009: € – 4.711.575). O resultado do exercício líquido de impostos é de € – 7.602.153 (2009: € – 3.316.348). Propomos que o resultado seja levado a resultados transitados.

1.12 Consolidação de resultados

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.. O relatório consolidado contém informações mais detalhadas acerca da actividade das empresas do grupo.

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador ERGO, R.F.A. e na Muenchener Rueckversicherungs-Gesellschaft, R.F.A, são também elaboradas contas em conformidade com as NIC e de acordo com o Manual de Contabilidade IFRS do Grupo Munich Re.

1.13 Previsões para 2011

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços em Janeiro de 2011 atingiu € 19.488.487 (2010: € 19.052.561).

1.14 Considerações finais

Queremos agradecer ao Accionista e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração. Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA pelo seu empenhamento, indispensável para a concretização do nosso projecto.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração

Balanço em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ACTIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.659.542	-	4.659.542	4.587.721
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
3	Activos disponíveis para venda	93.023.331	-	93.023.331	83.679.363
	Empréstimos e contas a receber	875.163	-	875.163	4.825.350
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
4	Outros depósitos	850.213	-	850.213	4.800.400
4	Empréstimos concedidos	24.950	-	24.950	24.950
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	746.000	6.599	739.401	746.000
2	Terrenos e edifícios de uso próprio	746.000	6.599	739.401	746.000
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
6	Outros activos tangíveis	4.094.659	2.990.978	1.103.681	1.215.453
6	Inventários	39.435	-	39.435	37.979
	Goodwill	-	-	-	-
7	Outros activos intangíveis	13.076.446	10.978.715	2.097.731	2.771.135
	Provisões técnicas de resseguro cedido	11.733.170	-	11.733.170	10.654.013
11	Provisão para prémios não adquiridos	5.043.711	-	5.043.711	4.503.340
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
11	Provisão para sinistros	6.689.459	-	6.689.459	6.150.673
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
9	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	895.016	-	895.016	660.502
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	11.350.730	1.079.655	10.271.075	10.167.546
8	Contas a receber por operações de seguro directo	7.421.334	914.038	6.507.296	6.529.169
8	Contas a receber por outras operações de resseguro	594.376	-	594.376	895.322
8	Contas a receber por outras operações	3.335.020	165.617	3.169.403	2.743.055
	Activos por impostos	3.462.320	-	3.462.320	2.033.247
10	Activos por impostos correntes	-	-	-	250
10	Activos por impostos diferidos	3.462.320	-	3.462.320	2.032.997
14	Acréscimos e diferimentos	73.994	-	73.994	118.085
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ACTIVO	144.029.806	15.055.947	128.973.859	121.496.394

Balanço em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira	Exercício	Exercício Anterior
	Passivo e capital próprio		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	92.723.302	85.077.627
11	Provisão para prémios não adquiridos	24.236.450	20.804.890
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
11	Provisão para sinistros	54.041.321	52.217.979
	De vida	-	-
11	De acidentes de trabalho	21.205.128	20.975.686
11	De outros ramos	32.836.193	31.242.293
11	Provisão para participação nos resultados	114.019	102.837
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
11	Provisão para desvios de sinistralidade	3.871.829	3.590.420
11	Provisão para riscos em curso	10.459.683	8.361.501
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	3.581.195
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
12	Depósitos recebidos de resseguradores	-	3.581.195
	Outros	-	-
9	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	176.500	179.900
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	9.057.607	8.348.402
13	Contas a pagar por operações de seguro directo	3.429.393	4.038.066
13	Contas a pagar por outras operações de resseguro	4.480.299	3.704.149
13	Contas a pagar por outras operações	1.147.915	606.187
	Passivos por impostos	2.885.051	2.621.796
10	Passivos por impostos correntes	2.885.051	2.621.796
10	Passivos por impostos diferidos	-	-
14	Acréscimos e diferimentos	1.624.332	1.874.273
26	Outras Provisões	469.853	242.739
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	106.936.645	101.925.932
	CAPITAL PRÓPRIO		
15	Capital (Acções Próprias)	16.000.000	13.000.000
	Outros instrumentos de capital	-	-
	Reservas de reavaliação	398.138	1.280.443
15	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	383.588	1.265.893
15	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	14.550	14.550
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
10	Reserva por impostos diferidos	(105.506)	(339.317)
	Outras Reservas	15.193.132	7.475.733
	Resultados Transitados	(1.846.397)	1.469.951
	Resultado do exercício	(7.602.153)	(3.316.348)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	22.037.214	19.570.462
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	128.973.859	121.496.394

Demonstração dos Resultados em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	82.264.420	-	82.264.420	72.958.199
19	Prémios brutos emitidos	106.491.259	-	106.491.259	92.311.578
	Prémios de resseguro cedido	(21.064.136)	-	(21.064.136)	(18.534.729)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(3.703.074)	-	(3.703.074)	(827.100)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	540.371	-	540.371	8.450
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	684.139	-	684.139	334.726
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(68.607.970)	-	(68.607.970)	(54.187.077)
	Montantes pagos	(67.323.414)	-	(67.323.414)	(56.559.117)
21	Montantes brutos	(76.603.213)	-	(76.603.213)	(63.462.797)
	Parte dos resseguradores	9.279.799	-	9.279.799	6.903.680
	Provisão para sinistros (variação)	(1.284.556)	-	(1.284.556)	2.372.040
21	Montantes brutos	(1.823.342)	-	(1.823.342)	4.877.961
	Parte dos resseguradores	538.786	-	538.786	(2.505.921)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(2.379.591)	-	(2.379.591)	(4.627.140)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-	-	-	-
	Montantes brutos	-	-	-	-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(37.566)	-	(37.566)	(38.485)
19	Custos e gastos de exploração líquidos	(24.058.842)	-	(24.058.842)	(20.843.586)
	Custos de aquisição	(18.418.800)	-	(18.418.800)	(16.395.540)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	271.513	-	271.513	65.077
	Gastos administrativos	(9.181.084)	-	(9.181.084)	(8.336.134)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	3.269.529	-	3.269.529	3.823.011
	Rendimentos	1.856.312	10.837	1.867.149	2.434.785
22	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.856.312	10.837	1.867.149	2.434.785
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Gastos financeiros	(572.269)	(307)	(572.576)	(733.223)
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
23	Outros	(572.269)	(307)	(572.576)	(733.223)
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	193.948	-	193.948	118.560

Demonstração dos Resultados em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
24	De activos disponíveis para venda	193.948	-	193.948	155.885
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	(37.325)
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Diferenças de câmbio	-	-	-	-
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-
	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
25	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12.180	-	12.180	6.143
26	Outras provisões (variação)	-	(241.511)	(241.511)	(15.334)
27	Outros rendimentos/gastos	-	1.277.439	1.277.439	453.265
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(10.645.239)	1.046.458	(9.598.781)	(4.139.167)
10	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	801.116	(52.377)
10	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	1.195.512	875.196
	RESULTADO LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(10.645.239)	1.046.458	(7.602.153)	(3.316.348)
RESULTADO POR ACÇÃO				(2,38)	(1,28)

Demonstração do Rendimento Integral em 31.12.10 e 31.12.09

	(Unidade: Euros)	
	2010	2009
Resultado líquido do exercício	(7.602.153)	(3.316.348)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda	(882.305)	1.280.621
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	-	14.550
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	233.811	(343.220)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas	217.399	194.342
Impostos diferidos e correntes decorrentes dos ganhos e perdas actuariais	-	4.693
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL	(8.033.248)	(2.165.362)

Demonstrações de Fluxo de Caixa em 31.12.10 e 31.12.09

Demonstração de Fluxos de Caixa	(Unidade: Euros)	
	2010	2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(7.602.153)	(3.316.348)
Depreciações e amortizações do exercício	1.516.928	1.680.666
Varição das provisões técnicas relativas aos contratos de seguros	7.645.675	522.975
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	(1.079.157)	2.497.470
Imparidade de activos líquida de reversões e recuperações	-	-
Varição de outras provisões	227.114	(1.064.020)
Varição de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(103.529)	119.553
Varição de outros activos e passivos por impostos	(932.008)	2.157.097
Varição de outros activos e passivos	(226.364)	554.008
Varição de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	709.205	(1.721.323)
	155.711	1.430.078
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Varição nos activos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas	-	-
Varição nos activos financeiros disponíveis para venda	(10.226.273)	(6.771.429)
Varição em outros depósitos	3.950.187	99.737
Varição de empréstimos e contas a receber	-	5.041.611
Aquisições de activos tangíveis	(354.210)	(290.363)
Aquisições de activos intangíveis	(374.108)	(1.348.754)
Aquisições/reavaliações de terrenos e edifícios	-	-
Alienações/reavaliações de terrenos e edifícios	-	22.775
Alienações de activos tangíveis	1.709	2.316
Alienações de activos intangíveis	-	-
	(7.002.695)	(3.244.107)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Aumento / (diminuição) em:		
Aumento de capital	3.000.000	3.500.000
Prémios de emissão	7.500.000	3.670.000
Empréstimos subordinados	(3.581.195)	(2.000.000)
Empréstimos bancários	-	-
Distribuição de dividendos	-	-
	6.918.805	5.170.000
Varição líquida em caixa e equivalentes	71.821	3.355.971
Caixa e equivalentes no início do período	4.587.721	1.231.750
Caixa e equivalentes no fim do período	4.659.542	4.587.721

Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	Total
		Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Por reavaliação de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Balço a 31 de Dezembro 2008	9.500.000	(14.728)	-	3.903	1.460.767	2.132.915	13.016	9.770.362	(8.300.411)	14.565.824
Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balço de abertura alterado	9.500.000	(14.728)	-	3.903	1.460.767	2.132.915	13.016	9.770.362	(8.300.411)	14.565.824
Aumentos/reduções de capital	3.500.000	-	-	-	-	3.670.000	-	-	-	7.170.000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	1.280.621	-	(339.364)	-	-	-	-	-	941.257
Ganhos líquidos por ajustamentos por reavaliação de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	14.550	(3.856)	-	-	-	-	-	10.694
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(8.300.411)	8.300.411	-
Alterações de estimativas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	199.035	-	-	199.035
Total das variações do capital próprio	3.500.000	1.280.621	14.550	(343.220)	-	3.670.000	199.035	(8.300.411)	8.300.411	8.320.986
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.316.348)	(3.316.348)
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balço a 31 de Dezembro 2009	13.000.000	1.265.893	14.550	(339.317)	1.460.767	5.802.915	212.051	1.469.951	(3.316.348)	19.570.462

Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31.12.10 e 31.12.09

(Unidade: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação			Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	Total
		Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Correcções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balço de abertura alterado	13.000.000	1.265.893	14.550	(339.317)	1.460.767	5.802.915	212.051	1.469.951	(3.316.348)	19.570.462
Aumentos/reduções de capital (ver nota 15)	3.000.000	-	-	-	-	7.500.000	-	-	-	10.500.000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(882.305)	-	233.811	-	-	-	-	-	(648.494)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(3.316.348)	3.316.348	-
Alterações de estimativas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	217.399	-	-	217.399
Total das variações do capital próprio	3.000.000	(882.305)	-	233.811	-	7.500.000	217.399	(3.316.348)	3.316.348	10.068.905
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.602.153)	(7.602.153)
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balço a 31 de Dezembro 2010	16.000.000	383.588	14.550	(105.506)	1.460.767	13.302.915	429.450	(1.846.397)	(7.602.153)	22.037.214

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

ÍNDICE

- I) **Introdução**
- II) **Informação por Segmentos**
- III) **Políticas Contabilísticas**
- IV) **Gestão de Riscos**
- V) **Notas ao Balanço**
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Activos disponíveis para venda
 - NOTA 4 – Empréstimos e contas a receber
 - NOTA 5 – Afectação dos Investimentos
 - NOTA 6 – Outros activos tangíveis e Inventários
 - NOTA 7 – Outros activos intangíveis
 - NOTA 8 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 9 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 10 – Activos e Passivos por impostos
 - NOTA 11 – Provisões Técnicas
 - NOTA 12 – Outros Passivos Financeiros
 - NOTA 13 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 14 – Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 15 – Capital Próprio
 - NOTA 16 – Reserva Legal
 - NOTA 17 – Transacções entre partes relacionadas
 - NOTA 18 – Elementos extra patrimoniais

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas

- NOTA 19 – Prémios de contratos de seguro
- NOTA 20 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços
- NOTA 21 – Custos com Sinistros
- NOTA 22 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 23 – Gastos Financeiros
- NOTA 24 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 25 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 26 – Outras Provisões (Variação)
- NOTA 27 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 28 – Gastos diversos por função
- NOTA 29 – Gastos com o pessoal

VII) Justo Valor de activos e passivos financeiros

VIII) Normas Contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

IX) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

I – Introdução

A VICTORIA – Seguros, S.A. foi constituída por escritura pública de 29 de Outubro de 2002 pela transferência dos activos e passivos da actividade de seguros dos ramos não vida da anterior empresa com a mesma denominação e objecto social. Esta empresa alterou na mesma data a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e o seu objecto social para o de uma sociedade de gestão de participações sociais.

A 30 de Maio de 2003 foi outorgada a escritura de trespasse da

carteira de seguros dos ramos não vida da sucursal em Portugal da CGU - International Insurance Plc (Commercial Union Portugal), incluindo os activos e passivos relacionados bem como os respectivos colaboradores.

II - Informação por Segmentos

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

Quadro 3 - (Unidade: Euros)

2010	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	106.491.259	31.132.528	21.837.772	31.746.506	17.399.974	4.374.479
Prémios de resseguro cedido	21.064.136	1.515.553	12.921.415	2.648.446	2.727.265	1.251.457
Prémios brutos adquiridos	102.788.185	31.312.153	21.431.359	28.752.636	17.001.465	4.290.572
Resultados dos investimentos	1.477.991	228.106	205.720	416.155	620.572	7.438
Custos com sinistros brutos	78.426.555	24.957.477	16.770.863	24.108.521	11.354.149	1.235.545
Custos de exploração brutos	27.328.371	6.929.971	6.497.432	7.848.857	4.979.825	1.072.286
Resultado técnico	(10.645.239)	1.734.480	(4.272.112)	(8.173.563)	(1.303.624)	1.369.581
Activos afectos à representação das provisões técnicas	99.279.086	10.163.564	23.300.637	35.080.361	28.826.068	1.908.456
Provisões técnicas	92.723.302	9.594.258	21.995.466	33.115.356	26.216.667	1.801.555

Quadro 4 - (Unidade: Euros)

2009	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	92.311.578	33.212.352	20.700.589	20.557.104	13.067.985	4.773.548
Prémios de resseguro cedido	18.534.729	1.428.382	12.536.719	1.336.297	1.782.001	1.451.330
Prémios brutos adquiridos	91.484.478	33.628.006	20.922.257	18.773.669	13.391.949	4.768.597
Resultados dos investimentos	1.685.645	269.102	295.202	478.133	600.252	42.956
Custos com sinistros brutos	58.584.837	28.006.805	10.627.264	14.669.643	2.597.461	2.683.664
Custos de exploração brutos	24.666.597	8.149.872	6.067.564	4.719.124	4.091.593	1.638.444
Resultado técnico	(4.711.575)	(3.160.169)	(1.562.194)	(3.599.640)	3.669.210	(58.783)
Activos afectos à representação das provisões técnicas	100.213.045	13.806.542	22.024.487	26.409.920	35.222.280	2.749.816
Provisões técnicas	85.077.627	12.744.184	20.329.790	24.377.782	25.087.642	2.538.229

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

III – Políticas Contabilísticas

- Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar n.º 4/07, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros (“PCES 07”)), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com excepção do IFRS 4, norma relevante para os contratos de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um carácter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros em vigor que acolhe o regime dos IFRS adoptados pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2010, com excepção do IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 28 de Fevereiro de 2011.

Em 2010 a Companhia adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respectivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Sector Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4 /2007-R de 27 de Abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro.

- Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

- Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas do ISP. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros. De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão para prémios não adquiridos

De acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de Janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método “pro-rata temporis” por cada contrato em vigor, para todos os ramos, deduzidos dos respectivos custos de aquisição.

(ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), bem como os custos directos e indirectos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

(iii) Provisão para participação nos Resultados

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respectivos.

(iv) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

(v) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

(vi) Comissões de mediação

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respectivos recibos de prémios.

- Terrenos e edifícios

Os investimentos em terrenos e edifícios a companhia adoptou a política do Grupo e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afectas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efectuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adoptada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os factores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais factores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objecto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

- Activos financeiros

A VICTORIA classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Activos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Activos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos concedidos e contas a receber. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Activos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer activos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos activos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável;

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Acções e Fundos de Acções cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Acções e Fundos de Acções, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente

d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira

e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras

f) Outros factores

- Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objectivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fracção por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, a Norma nº16/2006-R vem, e no cumprimento da referida legislação, clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

- Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

- Activos tangíveis

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respectivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Quadro 5
Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	12,5% a 25%
Equipamento informático	25% a 33%
Instalações interiores	10% a 16,66%

A avaliação efectuada para determinação da existência de **imparidade nos activos tangíveis e intangíveis** é efectuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do activo. Dependendo dos casos, o procedimento adoptado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

- Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

- Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

- Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

- Benefícios aos empregados

Plano de contribuição definida

Para todos os colaboradores admitidos após 22 de Junho de 1995, a VICTORIA efectua um conjunto de contribuições mensais que são registadas quando de acordo com a especialização dos exercícios.

Plano de benefício definido

A VICTORIA assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT):

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do "unwinding" dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais diferidos determinados anualmente são reconhecidos em reservas.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo. Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

- Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

- Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

- Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

- Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

- Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

- Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

- Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável;

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Acções e Fundos de Acções cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Acções e Fundos de Acções, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros factores

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

- Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

- Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

- Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV – Gestão de Riscos

Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos factores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarificação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco de prémios, o risco de provisões e o risco de catástrofe.

O acompanhamento dos riscos associados aos processos de subscrição, de desenho e tarificação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros é efectuado no âmbito do Sistema de Controlo Interno através do registo dos controlos que lhes estão associados e da sua monitorização. Esta monitorização é realizada mediante a revisão periódica do desenho dos controlos implementados e de testes de eficácia no âmbito de auditorias internas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Existe também uma base de dados onde são registados os eventos que tenham características de falhas.

Políticas de subscrição

As políticas de subscrição estão enquadradas dentro das directrizes globais de gestão da Companhia, nomeadamente em matéria de gestão do risco segurável sendo revistas de acordo com a procura de mercado dentro dos necessários critérios de prudência técnica. Têm forçosamente em conta diversos indicadores estatísticos da carteira existente bem como os do mercado ou específicos para cada tipo de risco, procurando adequar o preço praticado ao risco transferido.

Tarifação

A VICTORIA procura adequar os prémios praticados ao risco segurável de forma a obter um resultado positivo depois de deduzidos os custos com sinistros e com o capital. A adequabilidade do *pricing* é testada por análises periódicas aos resultados da carteira, bem como através de várias análises aos rácios combinados das carteiras existentes.

Entre os vários factores que influenciam o preço, destacam-se os custos estimados com sinistros e o *timing* em que os mesmos ocorrem, custos associados à sua comercialização, evolução do mercado de capitais, enquadramento social da actividade em que o risco está inserido, requisitos para cumprimento da margem de solvência, rentabilidade dos produtos e condições de oferta do mercado segurador para produtos equivalentes

Provisionamento

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um adequado nível de prudência. Semestralmente são efectuados processos de revisão, com base nos quais se detectam possíveis desvios da sinistralidade face ao provisionado e se procede ao respectivo ajustamento. Numa óptica de avaliação contínua das provisões são produzidos relatórios de excepção para uma análise posterior.

Resseguro

Numa óptica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras.

O resseguro da companhia está disperso por 14 resseguradoras com rating entre o AA- e o A- da Standard & Poor's (existe um ressegurador sem rating no tratado de Incêndio mas com peso diminuto). O Nat Cat está colocado em 2 resseguradoras (Munich Re e New Re com ratings AA- A+ respectivamente) tendo contratado um CAT XL com um PML de 3,47% dos valores expostos.

Como membro do International Group Program (IGP) a VICTORIA tem ainda um acordo de resseguro com o John Hancock (Gestor do IGP) relativamente ao ramo de Doença.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

O resseguro existente na companhia tem por base tratados de resseguro, cujo resumo das principais características é exposto no quadro seguinte:

Quadro 6 - (Unidade: Milhares de Euros)

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Incêndio e outros danos (including Engineering)	First Surplus	500	18.000
	Sublimit for Engineering	500	8.000
	Quota Share	350	500
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais)	Excess of Loss	10.000	170.000
		160.000. xs 10.000	
Automóvel	Excess of Loss	500	50.000
	Surplus	300.	3.300
Marítimo, aéreo e transportes	Sublimit for Cargo	150	1.650
	Excess of Loss per event	300	1.500
	Quota Share	360	600
Acidentes Pessoais	Excess of Loss per event	360.000	3.600
Acidentes de Trabalho	Excess of Loss	400.000	7.000
Responsabilidade Civil	Excess of Loss	250	3.000

No quadro abaixo exposto, encontram-se os prémios de seguro directo e de resseguro:

Quadro 7 - (Unidade: Milhares de Euros)

Ramo	Prémios 2010			Prémios 2009		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Total líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Total líquido
Doença	31.133	1.516	29.617	33.212	1.428	31.784
Incêndio e outros danos	21.838	12.921	8.917	20.701	12.537	8.164
Automóvel	31.746	2.649	29.097	20.557	1.336	19.221
Acidentes	17.400	2.727	14.673	13.068	1.782	11.286
Marítimo, aéreo e Transportes	3.476	1.149	2.327	3.968	1.401	2.566
Diversos	898	102	796	806	50	756
TOTAL	106.491	21.064	85.427	92.312	18.535	73.777

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Risco de prémios

Os ramos Não Vida caracterizam-se por um perfil de risco especialmente volátil no que diz respeito à sinistralidade. O risco de prémios está associado ao facto da companhia de seguros, perante tal volatilidade não ter um nível de prémios suficiente que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

A adequação das tarifas à realidade da carteira é feita com base em séries históricas e monitorizada trimestralmente com base nos rácios de sinistralidade e combinado.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado, operacional e de despesas, por linha de negócio:

Quadro 8 - (Unidade: Milhares de Euros)

	2010	2009
Prémios Brutos Emitidos		
Doença	31.133	33.212
Incêndio e outros danos	21.838	20.701
Automóvel	31.746	20.557
Acidentes	17.400	13.068
Marítimo, aéreo e transportes	3.476	3.968
Diversos e RC	898	806
Rácio de Sinistralidade		
Doença	79,7%	83,3%
Incêndio e outros danos	78,3%	50,8%
Automóvel	83,8%	78,1%
Acidentes	66,8%	19,4%
Marítimo, aéreo e transportes	27,6%	63,6%
Diversos e RC	33,6%	16,7%
Rácio de Despesas Gerais		
Doença	17,2%	19,7%
Incêndio e outros danos	19,0%	18,4%
Automóvel	18,4%	17,8%
Acidentes	17,2%	22,4%
Marítimo, aéreo e transportes	27,6%	21,8%
Diversos e RC	25,2%	23,3%
Rácio Combinado		
Doença	101,8%	107,5%
Incêndio e outros danos	18,6%	79,8%
Automóvel	111,1%	103,3%
Acidentes	96,1%	49,9%
Marítimo, aéreo e transportes	48,5%	97,6%
Diversos e RC	75,2%	53,2%
Rácio Combinado Líquido		
Doença	102,6%	108,1%
Incêndio e outros danos	142,6%	113,9%
Automóvel	121,6%	110,3%
Acidentes	110,6%	70,5%
Marítimo, aéreo e transportes	45,1%	108,7%
Diversos e RC	92,4%	56,3%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Através da análise do quadro anterior, verifica-se um agravamento em 2010 do rácio combinado líquido dos ramos IOD (+25%), Automóvel (+10%), Acidentes (+ 57%) e Diversos (+64%). Estão a ser tomadas medidas para cada um destes ramos no sentido de melhorar os respectivos resultados, nomeadamente através da implementação de novas tarifas e da definição de novas regras de selecção de riscos.

O forte investimento que a VICTORIA iniciou em 2009 e que se manteve em 2010 no sentido da modernização e expansão da rede comercial contribuiu também para o crescimento do rácio combinado.

Face ao nível dos rácios de sinistralidade atingido foi necessário reforçar as provisões para risco em curso nas seguintes linhas de negócio – Acidentes de Trabalho, Incêndio e Outros Danos, Automóvel, em cerca de 2.1 milhões de euros (líquidos de 1.2 milhões que se libertaram).

Ao nível de tarifas em 2010 foram efectuadas alterações ao ramo Saúde e Automóvel (lançamento de novo produto em Outubro) esperando-se que venham a equilibrar estes ramos. Foi desenvolvido também uma nova tarifa de acidentes de trabalho por conta de outrem contudo o seu efeito só será visível em 2011.

Risco de provisões

Uma das principais rubricas que influencia o passivo de uma companhia de seguros Não Vida é a provisão para sinistros, pelo que a sua estimacção deverá envolver princípios de grande prudência e rigor de forma a evitar situações de insuficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas.

A adequação global das provisões para sinistros é efectuada três a quatro vezes por ano através da aplicacção de modelos determinísticos. Os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são reflectidos nos resultados da companhia. A companhia realiza também o teste à suficiência das provisões, através da aplicacção de modelos estocásticos, ainda que este não seja actualmente de carácter vinculativo.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com excepção de Doença:

	Quadro 9 - (Unidade: Milhares de Euros)												
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estimativa acumulada dos sinistros													
No final do ano de construção	13.981	14.706	17.743	19.052	19.107	20.746	23.675	24.941	31.218	27.549	31.614	34.565	52.240
Um ano depois	13.733	14.084	17.883	18.217	18.758	20.510	19.461	24.419	29.937	27.859	30.966	36.034	
Dois anos depois	14.236	13.717	17.663	17.883	18.333	20.018	22.564	23.836	29.319	26.697	30.358		
Três anos depois	14.050	13.996	18.530	17.509	18.301	20.145	22.566	23.902	29.070	26.199			
Quatro anos depois	13.474	13.832	18.536	17.319	18.254	20.263	22.806	23.600	28.465				
Cinco anos depois	13.465	13.924	18.260	17.360	18.271	19.991	22.696	23.193					
Seis anos depois	13.512	13.854	18.227	17.298	18.126	19.884	22.646						
Sete anos depois	13.243	13.860	18.248	17.267	18.159	19.768							
Oito anos depois	13.344	13.771	17.756	17.075	18.078								
Nove anos depois	13.261	13.739	17.672	17.070									
Dez anos depois	13.219	13.717	17.685										
Onze anos depois	13.208	13.629											
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	13.208	13.629	17.685	17.070	18.078	19.768	22.646	23.193	28.465	26.199	30.358	36.034	52.240
Pagamentos acum. a 31-12-2010	13.156	13.610	17.509	16.946	16.960	19.324	22.018	22.231	26.566	25.409	29.212	33.625	31.635
Provisão para sinistros	52	20	176	125	1.118	445	628	962	1.898	790	1.146	2.409	20.605

Provisão para Sinistros a 31-12-2010	30.373
Provisão para Sinistros a 31-12-2010 de anos anteriores a 1998	10
Total Provisão para Sinistros a 31-12-2010	30.383

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR, Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Pode-se constatar-se pelo desenvolvimento da estimativa do custo com sinistros constituída no final de cada ano que na generalidade dos exercícios se verifica um run-off positivo. Este comportamento é validado pelos resultados das análises efectuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao custo de encerramento. Trimestralmente são ainda elaboradas análises com o objectivo de estudar o comportamento do custo com sinistros para o ramo Automóvel. O estudo efectuado no encerramento do exercício constata que de uma forma global, existe no encerramento dos sinistros libertação de provisão. Esta situação reflecte a política de elevada prudência, seguida pela companhia, ao nível do provisionamento dos sinistros.

Risco catastrófico

Os sinistros catastróficos caracterizam-se pela sua baixa frequência e grande severidade. Como é do conhecimento geral, em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A VICTORIA encontra-se bastante exposta a este tipo de risco dado que cerca de 55% dos capitais seguros em Incêndio e Outros Danos têm esta cobertura. O rácio de cedência é bastante superior ao valor médio do mercado. Esta situação condiciona fortemente os resultados desta linha de negócio pelo que deverá encontrar-se uma forma de diminuição deste tipo de exposição.

Medidas para mitigação do Risco

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões é efectuada através da aplicação de critérios de selecção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros.

A VICTORIA utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco.

Risco de Investimento

A gestão dos investimentos é efectuada através de mandatos celebrados com a empresa MEAG, pertencente ao grupo Munich Re, e acompanhada por uma equipa local composta por elementos das áreas financeira, técnica e actuarial, responsável pelo desenvolvimento anual da Estratégia de Activos e pelo ALM Committee responsável pela reconciliação das várias estratégias de investimento, tendo em conta os compromissos assumidos pela VICTORIA, como resultado da estratégia adoptada. Estão também definidos processos de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

Quadro 11 - (Unidade: Euros)

Rating Médio	2010	2009
AAA	57.754.779	41.137.229
AA	13.847.057	15.479.198
A	20.339.679	20.536.157
BBB	-	8.639.129
NR	1.956.979	2.713.000
TOTAL	93.898.494	88.504.713

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos activos financeiros:

Quadro 12 - (Unidade: Euros)

Maturidades	2010	2009
1 a 2 anos	69.022.924	68.760.804
3 a 5 anos	11.362.865	8.066.029
6 a 10 anos	12.411.347	6.456.493
> 10 anos	19.541	461.279
Sem maturidade	1.081.817	4.760.108
Total Geral	93.898.494	88.504.713

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os sectores de actividade:

Quadro 13 - (Unidade: Euros)

Sectores	2010	2009
Dívida Soberana	77.004.188	58.339.001
Energia	-	-
Financeiro	15.787.539	27.452.712
Fundo Acções	-	2.688.050
Fundo Imobiliário	-	-
Fundo Obrigações	1.081.817	-
Outros	24.950	24.950
Total Geral	93.898.494	88.504.713

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de Mercado

O risco de mercado resulta da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das acções.

O risco de mercado encontra-se estritamente relacionado com o risco de mismatching entre os activos e os passivos. Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde as responsabilidades são essencialmente de curto prazo este risco não é muito significativo.

Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transacções financeiras da companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, co-seguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transacções financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos activos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transacções financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a actividade seguradora pode afectar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros activos.

A gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos *cash-flows* operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

A presente crise financeira e o seu alastramento ao mercado de dívida soberana de alguns países europeus, levou a que a companhia adoptasse uma estratégia de investimento ainda mais cautelosa (em termos de qualidade de crédito e maturidades), garantindo assim que as necessidades operacionais de liquidez da companhia não sejam postas em causa.

A projecção dos *cash-flows* da carteira de investimentos (excluindo o saldo de Depósitos à Ordem e a Prazo) indica que aproximadamente 40,9 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2011, dos quais aproximadamente metade terá lugar no primeiro trimestre de 2011. Adicionalmente, o investimento em títulos de Dívida Pública manteve-se em níveis elevados (74,9 milhões de euros, representando 79,1% da carteira de investimento). Destaca-se ainda que cerca de 50% destes títulos corresponde a Dívida emitida por países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria e França). É de referir ainda que 62,5% da carteira de investimento possui a mais alta notação de *rating* (AAA).

A Companhia detinha ainda um volume importante em Depósitos à Ordem (3,9 milhões de euros) e em Depósitos a Prazo (0,9 milhões de euros).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Medidas para mitigação do Risco

A mitigação do risco de investimento é efectuada através de uma correcta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detectado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da companhia e quinzenalmente ao nível do grupo ERGO. Estão implementados os seguintes indicadores:

- *“Net loss limit”*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objectivos de rendimento previamente estabelecidos.

Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.

- *“Risk-based capital”*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos activos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

Este indicador apresentava, no final de 2010, um valor de 2,76 milhões de euros o que significa que a estratégia de investimentos implementada era compatível com a solidez financeira da empresa.

- *“Credit risk”*: este indicador está associado ao risco de *default* da contra-parte, bem como ao risco associado à volatilidade dos preços proveniente da oscilação dos mercados financeiros. Este risco é avaliado através da medida de risco *“Credit-Value-at-Risk”* (CVaR) e notações de *rating*.

O indicador apresentava no encerramento do ano uma perda máxima potencial de 591 mil euros de euros dentro do intervalo de confiança, o que representa uma desvalorização de apenas 0,6% da carteira de investimentos.

Margem de Solvência

A margem de solvência a 31 de Dezembro de 2010 é de 1,17.

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos activos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efectuada através de um teste de limite (*stress test*) e para cada classe de activos separadamente.

Sensibilidade a Subidas nas Taxas de Juro

A carteira de obrigações da VICTORIA tem uma Duração Modificada Média de 1,77% e representa cerca de 98% do valor da carteira total. Atendendo a que o Excesso de Solvência era a 31 de Dezembro de 2010 de Euros 2.855.079, a VICTORIA teria uma capacidade para acomodar uma subida de 176,06 pontos base nas taxas de juro¹ e conseqüente descida no valor dos capitais próprios.

Sensibilidade à Desvalorização dos Activos Imobiliários

A VICTORIA detinha a 31 de Dezembro de 2010 uma exposição a esta classe de activos de aproximadamente 1%. Considerando mais uma vez que o excesso da solvência era no final do ano de Euros 2.855.079, os activos imobiliários poderiam sofrer uma desvalorização máxima de 73,2%. Esta desvalorização corresponde ao choque máximo que o activo pode sofrer de acordo com os pressupostos da análise e que

¹ Pressupõe-se uma subida das taxas de juro em todos os prazos da curva de rendimento

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

estabelecem que o valor do terreno² não perde valor. Neste caso, e após o choque testado, o valor dos activos imobiliários corresponderia apenas ao valor dos terrenos, a margem de solvência continuaria positiva em Euros 2.313.696 e o impacto no Capital Próprio seria de Euros 541.382.

² Assume-se que o stress test sobre os activos imobiliários exclui o valor dos terrenos

Quadro 14 (Unidade: Euros)

	Taxa de Juro	Imobiliário
Teste de Sensibilidade:		
Variação Subjacente	+89,5 p. b.	- 73,2%
Impacto no Valor do Activo	(2.855.079)	(541.382)
Impacto nos Resultados e Capital		
Impacto no Resultado Exercício	-	-
Impacto no Capital Próprio	(2.855.079)	(541.382)
Excesso Solvência após <i>Stress Test</i>	-	2.313.697

Obs.: O impacto no Capital Próprio pode existir directamente através do reconhecimento da Reserva de Reavaliação, ou indirectamente pelo Resultado do Exercício.

Risco operacional

O risco operacional está associado às perdas que resultam do desempenho da actividade diária da empresa de seguros. Para efeito da análise e monitorização, o risco operacional pode ser dividido em duas categorias: risco de evento e risco de negócio.

O risco de evento está associado às perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Inclui também o risco de compliance. A mitigação do risco de evento é efectuada através da definição de processos e de controlos de gestão. Neste sentido a VICTORIA procedeu ao levantamento dos processos internos mais relevantes e à identificação dos controlos que lhe estão associados. Esta informação, que se encontra devidamente registada numa base de dados é monitorizada através de acções periódicas efectuadas pela área de controlo interno e pela auditoria interna. A classificação do risco operacional residual de acordo com a sua frequência e severidade é efectuada numa base anual e permite à VICTORIA identificar quais os processos que requerem maior acompanhamento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

No âmbito da gestão do risco operacional foi dada continuidade ao processo de implementação do sistema de recolha de informação sobre riscos operacionais – Registo de Perdas, através de acções de formação *e-learning* a todos os colaboradores da empresa, sessões de esclarecimento às redes de distribuição e uma *workshop* organizada junto dos responsáveis pelos processos.

O risco de negócio está associado ao risco de perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. O acompanhamento deste risco, de natureza essencialmente externa, é efectuado trimestralmente através da análise de uma matriz de riscos e reportado à administração.

Assumem, também, especial relevo neste modelo de gestão do risco operacional o acompanhamento de situações de fraude e branqueamento de capitais. Neste sentido, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos em 2009 para acompanhamento de situações de fraude reuniu-se em 2010 o comité Anti-fraude para promover a gestão e desenvolvimento da Política Anti-Fraude implementada no âmbito do Sistema de Controlo Interno existente nas áreas operacionais. Manteve-se igualmente um registo de ocorrências de suspeita de fraude. Relativamente ao acompanhamento de situações de Branqueamento de Capitais, de acordo com o sistema de participações de situações que, pela natureza, montante ou características, possam indicar a aplicação de valores provenientes de actividades ilícitas, constatou-se que durante o ano de 2010 não existiu qualquer participação de ocorrências de situações de Branqueamento de Capitais.

Risco de Compliance

O Risco de *Compliance* é definido como o risco da aplicação de sanções, de perdas financeiras ou de dano à reputação da empresa, em consequência de falhas no cumprimento de leis, regulamentos e decisões administrativas.

Em 2009 foram instituídos os mecanismos de carácter executivo da função *Compliance* no contexto do grupo ERGO e em consonância com os novos procedimentos de Governança Interna de VICTORIA. Para acompanhamento deste risco, foram estabelecidos procedimentos relativos à implementação de legislação e normativo. Esta temática foi ainda divulgada a todos os colaboradores através de acções de formação *e-learning*.

No âmbito do acompanhamento deste risco é elaborado o *Annual Compliance Report* que constitui uma análise da exposição da companhia a cada uma das fontes de risco de *compliance* anteriormente enunciadas. Em 2010 foram registadas duas ocorrências, uma relacionada com a violação do Código do Trabalho e outra com a violação do Código de Conduta, que originaram processos disciplinares ao colaboradores envolvidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

V – Notas ao Balanço

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

Quadro 15 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Caixa e equivalentes	6.500	5.337
Depósitos à ordem	4.653.042	4.582.384
	4.659.542	4.587.721

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efectuadas directamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, encontram-se reflectidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de € 722.134 (2009: € 37.245). A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de amortização são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efectuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor de mercado.

Quadro 16 - (Unidade: Euros)

Edifício	Exercício da última avaliação	Valor aquisição	Valor de avaliação	(Menos Valia)/ Reserva	Vida útil
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2009	357.333	319.000	(15.250)	80
Av. Bons Amigos,67 A – Cacém	2009	268.008	231.000	(22.075)	80
Av. Brasil 6 – Oeiras	2009	166.737	196.000	14.550	80
TOTAL		792.078	746.000	(22.775)	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

Quadro 17 - (Unidade: Euros)

Terrenos e Edifícios Uso Próprio	Saldo Inicial		Aquisições	Reavaliações	Alienações	Amortizações	Saldo final
	Valor Bruto	Amortizações					Valor Líquido
Terrenos	223.800	-	-	-	-	-	223.800
Edifícios	522.200	-	-	-	-	6.599	515.601
TOTAL	746.000	-	-	-	-	6.599	739.401

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

NOTA 3 – Activos disponíveis para venda

A carteira de activos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

Quadro 18 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Custo de aquisição amortizado	Reserva de justo valor	Saldo final	Custo de aquisição amortizado	Reserva de justo valor	Saldo final
Instrumentos de capital e Unid. participação	957.513	124.303	1.081.816	2.397.517	290.533	2.688.050
Títulos de Dívida	91.682.230	259.285	91.941.515	80.015.953	975.360	80.991.313
Dívida Pública	73.444.290	364.234	73.808.524	44.899.255	707.421	45.606.676
De Outros Emissores Públicos	2.005.788	(916)	2.004.872	11.618.119	141.951	11.760.070
De Outros Emissores	14.827.844	(104.033)	14.723.811	22.136.744	125.988	22.262.732
Juro a receber	1.404.308	-	1.404.308	1.361.835	-	1.361.835
TOTAL	92.639.743	383.588	93.023.331	82.413.470	1.265.893	83.679.363

Os activos financeiros disponíveis para venda encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

NOTA 4 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

Quadro 19 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Outros Depósitos – Dep Prazo	850.000	4.800.000
Acréscimos de Juros	213	400
Empréstimos concedidos	24.950	24.950
Acréscimos de Juros	-	-
TOTAL	875.163	4.825.350

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

NOTA 5 – Afecção dos Investimentos

A 31 de Dezembro de 2010 os investimentos, encontram-se afectos da seguinte forma:

Quadro 20 - (Unidade: Euros)

	2010			TOTAL
	Seguros Acidentes Trabalho	Outros Seguros	Não Afectos	
Caixa e equivalentes	1.551.014	3.108.528	-	4.659.542
Terrenos e Edifícios	-	739.401	-	739.401
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	-	-
Instrumentos de Capital e Unid Participação	-	-	-	-
Títulos de Dívida	-	-	-	-
Activos disponíveis para venda	25.667.205	67.356.126	-	93.023.331
Instrumentos de Capital e Unid Participação	322.621	759.195	-	1.081.816
Títulos de Dívida	25.344.584	66.596.931	-	91.941.515
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	850.213	24.950	875.163
Depósitos a Prazo	-	850.213	-	850.213
Empréstimos concedidos	-	-	24.950	24.950
TOTAL	27.218.219	72.054.268	24.950	99.297.437

NOTA 6 – Outros activos tangíveis e Inventários

Em Outros activos tangíveis, encontram-se registados os bens de imobilizado corpóreo e são analisados como segue:

Quadro 21 - (Unidade: Euros)

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações		Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO								
Equipamento administrativo	827.008	(424.167)	107.158	-	(3.425)	(144.988)	1.716	363.302
Máquinas e ferramentas	128.129	(74.070)	561	-	(189)	(14.258)	189	40.362
Equipamento informático	1.606.349	(1.266.779)	86.020	-	(307.364)	(214.919)	307.364	210.671
Instalações interiores	49.853	(6.179)	159.015	-	-	(23.679)	-	179.010
Outro Equipamento	1.433.178	(1.066.235)	-	-	-	(64.973)	-	301.970
Sub-Total	4.044.517	(2.837.430)	352.754	-	(310.978)	(462.817)	309.269	1.095.315
Património artístico	8.366	-	-	-	-	-	-	8.366
TOTAL	4.052.883	(2.837.430)	352.754	-	(310.978)	(462.817)	309.269	1.103.681

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 7 – Outros activos intangíveis

A análise é efectuada através do seguinte quadro:

Quadro 22 - (Unidade: Euros)

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações		Reforço	Regularizações	
Despesas Aplicações Informáticas	10.418.955	(8.862.807)	40.578	-	928.604	(1.047.512)	-	1.477.818
Activos intangíveis em curso	1.214.987	-	333.530	-	(928.604)	-	-	619.913
Outros	1.068.396	(1.068.396)	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.702.338	(9.931.203)	374.108	-	-	(1.047.512)	-	2.097.731

NOTA 8 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

Quadro 23 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Tomadores de Seguros	6.398.739	6.516.815
Mediadores de Seguros	1.022.595	844.662
Resseguradores e Ressegurados	594.376	895.322
Sub-total	8.015.710	8.256.799
Imparidade	(914.038)	(832.308)
Total	7.101.672	7.424.491
Outros Devedores	3.335.020	2.924.111
Imparidade	(165.617)	(181.056)
Total Outros Devedores	3.169.403	2.743.055
TOTAL	10.271.075	10.167.546

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Na rubrica Tomadores de seguros o risco de não cobrança está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de 914.038 Euros (2009: 832.308 Euros). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2010, uma vez que nos testes efectuados não se verificaram diferenças significativas em relação aos anos anteriores.

Em Outros Devedores encontram-se registados, entre outros, os saldos entre as empresas do grupo conforme demonstrado na Nota 17. Regista também os movimentos referentes a pagamentos efectuados no decurso do período de fecho, estando o seu reconhecimento em Ganhos e Perdas assegurado pela constituição das provisões técnicas.

NOTA 9 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados. Como Benefícios pós-emprego, e em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho para a actividade seguradora, a companhia assume a responsabilidade por pensões complementares de reforma. Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

O saldo da conta apresenta-se da seguinte forma:

Quadro 24 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Benefícios de pós emprego	895.016	660.502
Outros Benefícios de longo prazo	(176.500)	(179.900)
TOTAL	718.516	480.602

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

- Plano de Contribuição Definida

Este plano aplica-se a todos os colaboradores a tempo completo ou parcial que façam parte do quadro permanente dos Associados, admitidos na actividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e que tenham aderido ao plano. A adesão ao plano implica a realização de uma contribuição mínima mensal de 0,5% do salário efectivo mensal ilíquido. As contribuições mensais efectuadas pelos Associados são as constantes no quadro a seguir indicado:

Quadro 25

Tempo de serviço	Percentagem de contribuição
< 10 anos	1%
>= 10 anos e < 20 anos	1,5%
>= 20 anos	2%

Os benefícios são pagos através de seguros adquiridos pelo Fundo.

A população abrangida pelo plano de contribuição definida tem as seguintes características:

Quadro 26

	Número	Massa salarial anual (€)	Salário médio anual (€)	Idade média	Antiguidade média elegível
Participantes com idade inferior à idade normal de reforma por velhice	16	422.399			
Participantes com idade igual ou superior à idade normal de reforma por velhice	-	-	26.400	39	7

O veículo de financiamento utilizado para financiar o plano de contribuição definida é o Fundo de Pensões VICTORIA.

A taxa de rendibilidade efectiva dos activos do plano foi em 2010 de -1,27% (em 2009: 4,16%) e, em 31 de Dezembro de 2010, o justo valor dos activos ascendia a € 15.180.

- Plano de Benefício Definido

Este plano aplica-se a todos os colaboradores dos Associados, quer na situação de activos ou reformados, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, e é independente das pensões atribuídas pela Segurança Social. Os benefícios a financiar dizem respeito aos complementos de reforma por invalidez e velhice, previstos no Capítulo V do CCT da Actividade Seguradora. Não existem direitos adquiridos. A partir de 2009 a actualização das pensões passou a ser financiada pelo Fundo e o pagamento dos benefícios será efectuado directamente pelo Fundo. As alterações encontram-se em fase de aprovação pelo ISP.

A companhia optou por reconhecimento total e imediato dos ganhos e perdas actuariais por reservas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

Quadro 27

	Número	Massa salarial anual (€)	Salário médio anual (€)	Idade média	Antiguidade média elegível
Participantes com idade inferior à idade normal de reforma por velhice	56	1.953.448	35.517	48	23
Participantes com idade igual ou superior à idade normal de reforma por velhice	-	-			

Quadro 28

	Número	Pensão anual (€)	Pensão média anual (€)	Idade média
Beneficiários	4	5.730	1.432	64

O número de participantes diminuiu de 68 para 56 devido, essencialmente, a saídas no âmbito de rescisões de contrato. Esta situação tem reflexo ao nível dos rácios de financiamento das responsabilidades, em que o rácio do valor actual das responsabilidades por serviços totais é de 191% (em 2009: 149%).

O veículo de financiamento utilizado para financiar o plano de benefício definido é o Fundo de Pensões VICTORIA.

A taxa de rendibilidade efectiva dos activos do plano foi em 2010, de -1,28% (em 2009: 4,16%).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2010 e 2009, são como segue:

Quadro 29 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades por benefícios	609.620	176.500	786.120	869.122	179.900	1.049.022
Justo valor dos activos do fundo	1.504.636	-	1.504.636	1.529.624	-	1.529.624
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	895.016	(176.500)	718.516	660.502	(179.900)	480.602

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

Quadro 30 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor actual da responsabilidade em 1 de Janeiro	869.122	179.900	1.049.022	933.799	128.422	1.062.221
Custo do serviço corrente	16.409	7.343	23.752	28.204	7.252	35.456
Custo de juros	43.456	8.995	52.451	53.694	7.384	61.078
(Ganhos) e perdas actuariais	(253.600)	(19.738)	(273.338)	(165.259)	(731)	(165.990)
Benefícios passados não reconhecidos anteriormente	47.439	-	47.439	21.613	37.573	59.186
Benefícios pagos	(4.854)	-	(4.854)	(2.929)	-	(2.929)
Redução Benefícios por saídas antecipadas	(108.352)	-	(108.352)	-	-	-
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	609.620	176.500	786.120	869.122	179.900	1.049.022

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, ALICO e BES-Vida. A responsabilidade ascende a € 1.862.446 (2009: € 1.931.778).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

A variação do Fundo de Pensões em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é analisada como se segue:

Quadro 31 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Activos do plano em 1 de Janeiro	1.529.624	1.474.715
Retorno esperado dos activos	19.120	28.756
Ganhos e (perdas) actuariais	(39.254)	29.082
Contribuições do empregador	-	-
Benefícios pagos	(4.854)	(2.929)
Activos do plano em 31 de Dezembro	1.504.636	1.529.624

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

Quadro 32 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente	16.409	7.343	23.752	28.204	7.252	35.456
Custo de juros	43.456	8.995	52.451	53.694	7.384	61.078
Retorno esperado dos activos	(19.120)	-	(19.120)	(28.757)	-	(28.757)
Benefícios passados não reconhecidos anteriormente	47.439	-	47.439	21.613	37.573	59.186
Redução Benefícios por saídas antecipadas	(108.352)	-	(108.352)	-	-	-
Ganhos e perdas actuariais	-	(16.685)	(16.685)	-	(731)	(731)
Total do custo do ano	(20.168)	(347)	(20.515)	74.754	51.478	126.232

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

O justo valor dos activos que constituem o plano a 31.12.2010 e 31.12.2009 é o seguinte:

Quadro 33 - (Unidade: Euros)

	2010		2009	
Fundos de Investimento Imobiliários	3,77%	56.782	4,07%	62.294
Fundos de Investimento em Acções	5,62%	84.518	-	-
Acções	-	-	-	-
Fundos de Investimento em Obrigações	2,65%	39.921	7,99%	122.278
Obrigações de Taxa Variável	31,61%	475.591	50,42%	771.285
Obrigações de Taxa Fixa	50,79%	764.229	26,57%	406.470
Mercado Monetário	5,56%	83.595	10,94%	167.297
TOTAL		1.504.636		1.529.624

O retorno real dos activos foi negativo de € 20.134.

Os ganhos e perdas actuariais em 2010 e 2009 reconhecidos em Reservas, são analisadas como segue:

Quadro 34 - (Unidade: Euros)

	2010			2009		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 1 de Janeiro	212.052	-	212.052	17.711	-	17.711
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	253.600	3.053	256.653	165.259	-	165.259
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	(39.254)	-	(39.254)	29.082	-	29.082
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	426.398	3.053	429.451	212.052	-	212.052

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Para efeitos da determinação do valor actual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	Quadro 35	
	2010	2009
a) Tábuas de mortalidade		
Tábua de mortalidade período anterior à reforma	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade período posterior à reforma	TV 88/90	TV 88/90
b) Tábua de invalidez (aplicada à população activa)	1978-SOATrans. Male	1978-SOA Trans. Male
c) Decrementos utilizados no cálculo da probabilidade dos participantes se encontrarem no activo à idade de reforma por velhice	Nada a mencionar	Nada a mencionar
d) Idade de reforma por velhice		
Activos (excepto um colaborador da VICTORIA -Seguros com reforma diferida)	65 anos	65 anos
Colaborador da VICTORIA -Seguros com reforma diferida	62 anos	62 anos
e) Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
f) Taxa de desconto anual		
Período até à idade de reforma	4,75%	5%
Período após a idade de reforma	4,75%	5%
g) Taxas anuais de		
Crescimento salarial	2%	3%
Crescimento salarial para determinação da pensão dedutível	2%	3%
Crescimento das pensões	1%	1%
Crescimento das prestações de pré-reforma	Nada a mencionar	Nada a mencionar
h) Probabilidade de pré-reforma	0%	0%
i) Encargos rendas vitalícias	0%	0%

A contribuição recomendada para a Associada VICTORIA – Seguros, S.A para o financiamento das responsabilidades do plano de pensões decorrente da avaliação actuarial é de Euros 16.409 e tem uma periodicidade anual.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

A evolução das responsabilidades e dos activos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

Quadro 36 - (Unidade: Euros)

	2010	2009	2008	2007	2006
Responsabilidades por benefícios	786.120	1.049.022	1.062.222	1.012.612	1.038.572
Justo valor dos activos do fundo	1.504.636	1.529.624	1.474.715	1.506.201	1.465.037
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	718.516	480.602	412.493	493.589	426.465

NOTA 10 – Activos e Passivos por impostos

A rubrica de Activos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

Quadro 37 - (Unidade: Euros)

	Activos		Passivos		Líquido	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Investimentos financeiros	-	-	207.804	494.690	(207.804)	(494.690)
Benefícios a empregados	37.127	37.717	64.984	97.477	(27.857)	(59.760)
Provisões	317.068	228.377	-	-	317.068	228.377
Terrenos e edifícios	26.185	40.583	3.856	3.856	22.329	36.727
Outros passivos	282.692	281.606	-	-	282.692	281.606
Prejuízos fiscais	3.075.892	2.040.737	-	-	3.075.892	2.040.737
Impostos diferidos activos / (passivos)	3.738.964	2.629.020	276.644	596.023	3.462.320	2.032.997

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

Quadro 38 - (Unidade: Euros)

	2010			2009			
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Outros	Total
Investimentos Financeiros	53.075	233.811	286.886	(159.229)	(339.364)	-	(498.593)
Benefícios a empregados	31.903	-	31.903	44.857	4.693	-	49.550
Provisões	88.691	-	88.691	(38.513)	-	-	(38.513)
Imóveis	(14.398)	-	(14.398)	40.583	(3.856)	-	36.727
Outros Passivos	1.086	-	1.086	98.434	-	-	98.434
Prejuízos Fiscais	1.035.155	-	1.035.155	889.064	-	(1.810.686)	(921.622)
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	1.195.512	233.811	1.429.323	875.196	(338.527)	(1.810.686)	(1.274.017)

O movimento Outros diz respeito à utilização do reporte fiscal pela VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. decorrente do facto de existir uma consolidação fiscal.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2010 e 2009 é analisado como segue:

Quadro 39 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Imposto corrente	(801.116)	52.377
Imposto diferido	(1.195.512)	(875.196)
Imposto do exercício	(1.996.628)	(822.819)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

Quadro 40 - (Unidade: Euros)

	2010	2009	Varição
Imposto Corrente	-	-	-
Investimentos financeiros	-	-	-
Terrenos e edifícios	-	-	-
Imposto Diferido	(105.506)	(339.317)	233.811
Investimentos financeiros	(101.650)	(335.461)	233.811
Terrenos e edifícios	(3.856)	(3.856)	-
Total imposto reconhecido reservas	(105.506)	(339.317)	233.811

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

A reconciliação da taxa efectiva de impostos é analisada como segue:

	Quadro 41 - (Unidade: Euros)	
	2010	2009
RESULTADO ANTES IMPOSTO	(9.598.781)	(4.139.167)
Taxa de imposto	26,5%	26,5%
Imposto calculado com base taxa de imposto	2.543.677	1.096.879
Custos não aceites		
Multas, coimas e juros compensatórios	(736)	(1.870)
Insuficiência estimativa impostos	-	(3.098)
Provisões	(79.372)	(4.064)
Outros	(385.229)	(327.459)
Benefícios fiscais e Outras correcções		
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	7.366	10.855
Redução de provisões	11.835	103.953
Outros	-	-
Ajustamentos à colecta		
Tributação autónoma	(100.912)	(52.377)
Derrama	-	-
Imposto do Exercício	1.996.628	822.819
Taxa de Imposto Efectiva	20,8%	19,9%

NOTA 11 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são analisadas como segue:

	Quadro 42 - (Unidade: Euros)			
Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço 20010	Valor de balanço 2009
Provisões técnicas de seguro directo	96.043.123	3.319.821	92.723.302	85.077.627
Provisão para prémios não adquiridos	27.556.271	3.319.821	24.236.450	20.804.889
Provisão para sinistros	54.041.321	-	54.041.321	52.217.979
Provisão participação resultados	114.019	-	114.019	102.837
Provisão para desvios de sinistralidade	3.871.829	-	3.871.829	3.590.420
Outras provisões técnicas	10.459.683	-	10.459.683	8.361.501
Provisões técnicas de resseguro cedido	11.733.170	-	11.733.170	10.654.013
Provisão para prémios não adquiridos	5.043.711	-	5.043.711	4.503.340
Provisão para sinistros	6.689.459	-	6.689.459	6.150.673
Provisão participação resultados	-	-	-	-

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

I) Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 3.993.970 Euros (2009: 4.758.459 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2010 e ainda não reportados (IBNR). Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa para encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados. No decorrer de 2010, efectuou-se um estudo actuarial, tendo-se apurado o montante de 1.219.910 Euros (2009: 1.136.693 Euros).

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

Quadro 43 - (Unidade: Euros)

Ramos/grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/N (3)	Reajustamentos (4)
Não vida				-
Acidentes e doença	28.274.018	10.492.535	16.162.695	(1.618.788)
Incêndio e outros danos	8.230.902	6.161.328	1.534.758	(534.816)
Automóvel				
-Responsabilidade civil	10.489.819	2.521.661	4.892.613	(3.075.545)
-Outras coberturas	3.277.984	2.536.148	397.340	(344.496)
Marítimo, aéreo e transportes	1.687.057	736.437	249.331	(701.289)
Responsabilidade civil geral	240.679	82.028	152.506	(6.145)
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	17.520	16.273	1	(1.246)
TOTAL	52.217.979	22.546.410	23.389.244	(6.282.325)

*Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O valor dos reajustamentos efectuados no exercício de 2010, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 13.900.593 Euros (2009: 15.207.553 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo do valor actual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados, como segue:

Pensões remíveis:

• Tábua de mortalidade	TD 88/90
• Taxa de desconto	5,25%
• Encargos de gestão	-

Pensões em pagamento:

• Tábua de mortalidade	TV 88/90
• Taxa de desconto	3%
• Encargos de gestão	2%

II) Provisão para Participação nos Resultados

A companhia possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, prevêem a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

III) Outras Provisões Técnicas - Provisões para riscos em Curso

No decurso do ano de 2010, verificaram-se no território nacional, fenómenos atmosféricos de cariz extraordinário, como foi o caso dos verificados em Fevereiro na Madeira. Esta situação, sendo extraordinária e anormal, foi para efeitos de cálculo da provisão, excluída do apuramento do rácio de sinistralidade. Paralelamente, e na sequência do projecto de reorganização de empresa, os custos inerente a esta reestruturação no montante de Euros 911.011, foram desconsiderados dos custos de exploração.

Assim, a evolução desta provisão, teve por base a elevada sinistralidade verificada ao nível do Ramo Automóvel e Acidentes de trabalho. Já em 2010 foram iniciadas medidas de aumento de preços e de selecção de carteira que visam a inversão da sinistralidade. Assim, no apuramento da provisão para riscos em curso, foi considerado um crescimento tarifário para Automóvel e a introdução da nova tarifa em Acidentes de Trabalho, conforme quadro abaixo.

	Quadro 44
	Crescimento Tarifário
AUTO - Responsabilidade Civil	3,33%
AUTO - Veículos Terrestres	4,15%
Acidentes de Trabalho	5,00%

NOTA 12 – Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica é constituída por Depósitos recebidos de resseguradores, como caução pela aceitação de riscos e do recebimento de prémios, referente às operações abrangidas pelo negócio de resseguros cedido. No decurso das renegociações dos tratados de resseguro, foi acordado cessar com esta retenção e libertar os depósitos existentes até ao final do presente ano.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

NOTA 13 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

Quadro 45 - (Unidade: Euros)		
	2010	2009
Tomadores de Seguros	1.992.627	1.168.970
Mediadores de Seguros	1.250.550	2.733.751
Co-Seguradores	186.216	135.345
Sub-total	3.429.393	4.038.066
Resseguradores	4.480.299	3.704.149
Outros Credores	1.147.915	606.187
TOTAL	9.057.607	8.348.402

A rubrica de Outros Credores, engloba entre outros, os montantes de saldos credores das contas de Depósitos à Ordem, conforme mencionado na Nota 1.

NOTA 14 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

- Acréscimos e diferimentos no Activo

Quadro 46 - (Unidade: Euros)		
	2010	2009
Rendas e alugueres	73.994	96.652
Outros acréscimos e diferimentos	-	21.433
TOTAL	73.994	118.085

- Acréscimos e diferimentos no Passivo

Quadro 47 - (Unidade: Euros)		
	2010	2009
Férias e subsídio de férias	876.615	886.322
Incentivos comerciais	510.672	715.694
Rendas e alugueres	-	-
Outros acréscimos e diferimentos	237.045	272.257
TOTAL	1.624.332	1.874.273

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

NOTA 15 – Capital Próprio

A VICTORIA – Seguros, S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral de 19 de Abril, procedeu-se a um aumento de capital da sociedade de € 6.000.000 através da emissão de 400.000 novas acções subscritas integralmente pela accionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de € 5, perfazendo um total de € 2.000.000, com um ágio da emissão total de € 4.000.000.

No dia 17 de Dezembro, após aprovação em Assembleia Geral extraordinária, procedeu-se a novo reforço dos capitais próprios no valor total de € 4.500.000, através de um aumento do capital social da sociedade de € 1.000.000, por entradas em dinheiro, com emissão de 200.000 novas acções ordinárias com o valor nominal de € 5 cada uma, e com um prémio de emissão global de € 3.500.000, aumento este reservado à VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Na sequência destas operações a VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ter um capital social de € 16.000.000, representado por 3.200.000 acções, de valor nominal de € 5 cada.

No que respeita à Reservas de Reavaliação, a movimentação é analisada como segue:

- Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros

Quadro 48 - (Unidade: Euros)

	Saldo inicial	Valorizações / desvalorizações	Diminuições por venda	Saldo final
De Justo Valor de Activos Financeiros	1.265.893	(971.574)	89.269	383.588
Instrumentos de capital e Unid. Participação	290.533	8.271	(174.501)	124.303
Títulos de Dívida	975.360	(979.845)	263.770	259.285
Dívida Pública	707.421	(469.276)	126.089	364.234
De Outros Emissores Públicos	141.951	(278.754)	135.887	(916)
De Outros Emissores	125.988	(231.8159)	1.794	(104.033)
Terrenos e Edifícios	14.550	-	-	14.550
TOTAL	1.280.443	(971.574)	89.269	398.138

NOTA 16 – Reserva Legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a VICTORIA – Seguros, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado liquido anual, até à concorrência do Capital Social.

NOTA 17 – Transacções entre partes relacionadas

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., que por sua vez são consolidadas no Grupo Segurador ERGO, R.F.A. e na Muenchener Rueckversicherungs-Gesellschaft, R.F.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

A análise das transacções com entidades relacionadas, é analisada como segue:

Quadro 49 - (Unidade: Euros)

GANHOS E PERDAS	VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.	VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.	Meag	ERGO International Services	ERGO Versicherungsgruppe AG	Munich Re	New Re
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite		37.685					
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido						3.122.788	274.840
Total dos Proveitos	-	37.685	-	-	-	3.122.788	274.840
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg		9.421				242.794	3.145
Custos com sinistros		11.740				445.562	216.860
Outros Gastos Gerais e Administrativos	104.858		70.762	197.200	31.555	11.866	525
Total dos Custos	104.858	21.161	70.762	197.200	31.555	700.222	220.530
Líquido Proveitos/ (Custos) 2010	(104.858)	16.524	(70.762)	(197.200)	(31.555)	2.422.566	54.310
Líquido Proveitos/ (Custos) 2009	(74.182)	15.553	(61.663)	(610.532)	(95.176)	2.281.226	576.216

Quadro 50 - (Unidade: Euros)

BALANÇO	VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.	VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.	Meag	ERGO International Services	ERGO Versicherungsgruppe AG	Munich Re	New Re
Activo							
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido							
Outros Devedores por operações de seguro e outras		212.976	27.287				
Total do Activo	-	212.976	27.287	-	-	-	-
Passivo							
Depósitos recebidos de resseguradores						-	-
Outros Credores por operações de seguro e outras	27.486			57.123	26.296	1.468.569	18.112
Total do Passivo	27.486	-	-	57.123	26.296	1.468.569	18.112
Líquido Activo / (Passivo) 2010	(27.486)	212.976	27.287	(57.123)	(26.296)	(1.468.569)	(18.112)
Líquido Activo / (Passivo) 2009	(35.442)	2.222.410	27.287	(69.318)	-	(1.875.328)	(358.824)

As transacções efectuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. revestem a natureza meramente administrativa, com excepção da operação de resseguro, que decorre da comercialização de um produto do Ramo Vida que ressegura uma garantia junto do Ramo Doença.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

As transacções efectuadas com a Munich Re e New Re respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

As transacções com a entidade ERGO International Services, Gmbh respeitam essencialmente a serviços prestados na área da informática, nomeadamente com a manutenção da plataforma SAP e ALICE.

No que se refere à entidade Meag, esta desenvolve para as empresas do grupo ERGO e Munich Re, a actividade de *front office* da actividade de investimentos de activos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 18 – Elementos extra patrimoniais

- Compromissos com locação operacional

Os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional, encontram-se reflectidos do seguinte modo:

Quadro 51 - (Unidade: Euros)

Compromissos financeiros	Valor
2011	206.742
2012	93.003
2013	28.553
2014	5.660
TOTAL	333.958

No decurso de 2010, e relativamente aos contratos cuja data fim se situava em 2010, procedeu-se à revisão dos mesmos, de modo a uniformizar com os restantes contratos.

- Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são analisadas como segue:

Quadro 52 - (Unidade: Euros)

Natureza da Garantia	2010	2009
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
Hospital S. José	1.903	1.903
TOTAL	1.903	1.903

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

VI- Notas à Conta de Ganhos e Perdas

NOTA 19 – Prémios de Contratos de seguro

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2010 e 2009 pode ser analisada do seguinte modo:

Quadro 53 - (Unidade: Euros)

2010	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	48.494.817	48.275.933	36.297.879	11.909.796	(2.375.314)
Incêndio e outros danos	21.837.772	21.431.359	16.770.863	6.497.432	(1.886.152)
Automóvel					
- Responsabilidade civil	18.343.774	16.559.283	9.971.474	4.234.303	(1.424.085)
- Outras coberturas	13.402.732	12.193.353	14.137.047	3.614.554	(1.084.517)
Marítimo, aéreo e transportes	3.475.593	3.446.361	951.829	721.361	(512.243)
Responsabilidade civil geral	864.004	810.336	257.054	346.750	(149.818)
Crédito e caução	28.800	27.572	26.000	3.375	(3.315)
Protecção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	6.082	6.303	662	800	(207)
Sub-total	106.453.574	102.750.500	78.412.808	27.328.371	(7.435.651)
Resseguro aceite	37.685	37.685	13.747	-	-
TOTAL	106.491.259	102.788.185	78.426.555	27.328.371	(7.435.651)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Quadro 54 - (Unidade: Euros)

2009	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	46.237.204	46.976.822	30.582.725	12.227.491	(3.364.192)
Incêndio e outros danos	20.700.589	20.922.257	10.627.264	6.067.564	(5.379.292)
Automóvel					
- Responsabilidade civil	11.594.636	10.524.339	7.141.716	2.683.954	(911.075)
- Outras coberturas	8.962.467	8.249.330	7.527.926	2.035.170	(283.397)
Marítimo, aéreo e transportes	3.967.504	4.023.082	2.559.077	1.366.290	(325.016)
Responsabilidade civil geral	781.826	734.283	107.764	245.652	(44.735)
Crédito e caução	18.572	3.394	-	384	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	5.648	7.838	16.822	26.118	(2.199)
Sub-total	92.268.446	91.441.346	58.563.295	24.652.623	(10.305.508)
Resseguro aceite	43.133	43.133	21.541	13.974	-
TOTAL	92.311.578	91.484.478	58.584.836	24.666.597	(10.305.509)

NOTA 20 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços

As comissões dos contratos de prestação de serviços no montante de 684.139 Euros (334.726 Euros em 2009) são determinadas de acordo com o estipulado nos contratos, sendo o seu valor registado por estimativa nas datas de reporte e ajustado nas anuidades dos contratos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

NOTA 21 – Custos com sinistros

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2010 e 2009, são analisados como segue:

Quadro 55 - (Unidade: Euros)

2010	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)		
Seguro directo				
Acidentes e doença	35.035.116	2.288.187	(1.025.424)	36.297.879
Incêndio e outros danos	15.578.036	693.069	499.758	16.770.863
Automóvel				
- Responsabilidade civil	8.276.548	393.705	1.301.221	9.971.474
- Outras coberturas	11.763.193	559.561	1.814.293	14.137.047
Marítimo, aéreo e transportes	1.644.357	100.198	(792.726)	951.829
Responsabilidade civil geral	204.342	11.881	40.831	257.054
Crédito e caução	25.000	-	1.000	26.000
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	16.273	-	(15.611)	662
Sub-total	72.542.865	4.046.601	1.823.342	78.412.808
Resseguro aceite	11.740	2.007	-	13.747
TOTAL	72.554.605	4.048.608	1.823.342	78.426.555

Quadro 56 - (Unidade: Euros)

2009	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)		
Seguro directo				
Acidentes e doença	33.068.517	2.769.688	(5.255.480)	30.582.725
Incêndio e outros danos	10.561.497	786.483	(720.717)	10.627.263
Automóvel				
- Responsabilidade civil	6.557.636	428.619	155.462	7.141.717
- Outras coberturas	6.488.285	424.086	615.556	7.527.927
Marítimo, aéreo e transportes	2.047.790	113.391	397.896	2.559.077
Responsabilidade civil geral	178.168	12.246	(82.650)	107.764
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	4.850	-	11.972	16.822
Sub-total	58.906.743	4.534.513	(4.877.961)	58.563.295
Resseguro aceite	18.954	2.587	-	21.541
TOTAL	58.925.697	4.537.100	(4.877.961)	58.584.836

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

NOTA 22 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

Quadro 57 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Activos disponíveis para venda	1.846.069	2.242.031
Instrumentos de Capital e Unidade Participação	38.370	64.539
Títulos de Dívida	1.807.699	2.177.492
Empréstimos concedidos e contas a receber	21.080	192.754
Depósitos	21.080	63.194
Empréstimos concedidos	-	129.560
TOTAL	1.867.149	2.434.785

O montante dos rendimentos de investimentos financeiros refere-se exclusivamente a juros.

NOTA 23 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afectação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 28.

NOTA 24 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

Quadro 58 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Activos disponíveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	206.471	150.443
Títulos de Dívida	(12.523)	5.442
TOTAL	193.948	155.885

NOTA 25 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

Quadro 59 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	4.734	3.135
Por outros	7.446	3.008
TOTAL	12.180	6.143

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

NOTA 26 – Outras provisões (variação)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da actividade, incluindo uma provisão para contingências fiscais.

Quadro 60 - (Unidade: Euros)

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo final
Outras Provisões	242.739	241.511	-	14.397	469.853

NOTA 27 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

Quadro 61 - (Unidade: Euros)

	2010	2009		2010	2009
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	3.593	21.069	Restituição impostos	22.010	-
Multas e penalidades	2.588	6.477	Outros rendimentos e ganhos	85.672	109.530
Quotizações diversas		-			
Outros gastos e perdas	125.699	25.449			
Gastos e perdas financeiras		-	Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	2.787	1.243	Juros obtidos	7.036	4.453
Outros gastos e perdas	81.518	85.981	Outros rendimentos e ganhos	2.368	-
Ajustamentos					
De recibos por cobrar	81.730	-	Outros	1.444.538	136.143
De créditos de cobrança duvidosa	-	-	Ajustamentos		
Perdas em activos tangíveis	1.709	2.318	De recibos por cobrar	-	345.676
Sub-total	299.624	142.537	De créditos de cobrança duvidosa	15.439	-
TOTAL	1.277.439	453.265		1.577.063	595.802

A rubrica Outros rendimentos inclui o montante de 1.307.000 Euros relativo à regularização de saldos de agentes e mediadores.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

NOTA 28 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

Quadro 62 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Despesas com pessoal	9.217.199	8.358.862
Fornecimento e serviços externos	6.877.213	7.235.818
Impostos e taxas	488.052	312.736
Amortizações do exercício	1.516.928	1.680.666
Juros suportados	60.716	202.033
Comissões	114.073	101.074
TOTAL	18.274.181	17.891.189

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

Quadro 63 - (Unidade: Euros)

	2010	2009
Custos com sinistros	4.048.608	4.537.101
Custos de exploração		
Custos de aquisição	4.880.976	4.669.985
Custos administrativos	8.772.021	7.950.880
Custos com investimentos	572.576	733.223
TOTAL	18.274.181	17.891.189

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

NOTA 29 – Gastos com o pessoal

Quadro 64

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efectuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Actividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve, além dos 2 membros do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 219 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de funções	Nº médio de empregados 2010	Nº médio de empregados 2009
Quadros superiores	26	21
Quadros médios	52	45
Profissionais altamente qualificados	37	36
Profissionais qualificados	94	98
Profissionais semi – qualificados	1	1
Estagiários e aprendizes	9	4
TOTAL	219	205

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são analisados como segue:

	2010	2009
Remunerações		
dos órgãos sociais	335.990	329.622
do pessoal	6.255.308	5.943.669
Encargos sobre remunerações	1.382.593	1.340.389
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	4.472	3.195
Planos de benefício definido	(20.168)	74.754
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	(347)	51.478
Benefícios de cessação de emprego	911.012	217.000
Seguros obrigatórios	146.992	135.569
Gastos de acção social	33.764	59.264
Outros gastos com pessoal	167.582	203.922
Total de custos com pessoal	9.217.199	8.358.862

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Os órgãos da companhia responsáveis pelo planeamento, direcção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direcção efectiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direcções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

Sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Órgãos	Nº elementos	Quadro 66 - (Unidade: Euros)	
		Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Conselho de Administração Executivo	2	-	404.166
Directores	8	296.808	343.639
Responsáveis	9	222.031	429.486
TOTAL	19	518.839	1.177.291

VII) Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela VICTORIA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores e credores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

VIII) Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2010:

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (deemed cost) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos “step acquisition” em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Companhia não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma revista.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação, a Companhia não obteve qualquer impacto ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos; e
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações Financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destaca:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta norma ao nível das Demonstrações financeiras.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subseqüentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (Fair Value option) serão reconhecidas em Other comprehensive income (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Companhia está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia. As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

(Un: euros)

Código	Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							Unitário	Total	Juro a receber	Taxa de Juro
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTCON40E0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	529,29		151.912	66	18.970	571	4,00%
PTOTE40E0040	O.T. ABR TF 05/11		2.000.000	99,86		1.997.101	99	1.985.700	45.589	3,20%
PTPBTCGE0013	PORTUGAL T-BILL 01/21/11		1.100.000	99,89		1.098.762	100	1.098.207	0	
	sub-total		3.128.701			3.247.775		3.102.877	46.160	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.1.3 - De outros emissores									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.2.4 - Outros									
	sub-total		-			-		-	-	
	sub-total		-			-		-	-	
	TOTAL		- 3.128.701			3.247.775		3.102.877	46.160	

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

IX) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

(Un: euros)

Código	Identificação dos Títulos Designação	Quant.	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							Unitário	Total	Juro a receber	Taxa de Juro
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
	BELGIUM KINGDOM TF 04/14		2.000.000	108,23		2.164.630	105	2.101.000	21.890	4,25%
BE0000303124	BELGIUM KINGDOM TF 07/17		1.500.000	102,61		1.539.131	102	1.536.075	45.534	4,00%
BE0000309188	BELGIUM KINGDOM TF 08/11		3.700.000	100,51		3.718.690	101	3.723.495	98.278	3,50%
BE0000313222	BELGIUM T-BILL 04/14/11		500.000	99,77		498.853	100	499.080	0	
BE0312666358	BONOS Y OBLIG TF 09/12		2.400.000	101,24		2.429.668	99	2.384.952	44.301	2,75%
ES0000012118	BOTS T-BILL 01/14/11		1.200.000	99,97		1.199.588	100	1.199.388	0	
IT0004565344	BTF FRENCH DISCOUNT T-BILL 01/13/11		1.200.000	99,98		1.199.803	100	1.199.604	0	
FR0117836629	BTF FRENCH DISCOUNT T-BILL 03/24/11		3.000.000	99,89		2.996.646	100	2.996.610	0	
FR0118462227	BUNDESREP DEUTSCHLAND TF 10/20		1.400.000	99,69		1.395.611	101	1.407.014	28.192	3,00%
DE0001135408	BUONI POLIENNALI TF 01/12		3.800.000	102,84		3.908.012	103	3.901.878	79.123	5,00%
IT0003190912	BUONI POLIENNALI TF 06/11		4.000.000	101,25		4.049.877	101	4.044.640	43.973	3,75%
IT0004112816	BUONI POLIENNALI TF 07/12		2.000.000	100,08		2.001.644	102	2.036.260	16.877	4,00%
IT0004220627	BUONI POLIENNALI TF 10/13		2.000.000	99,42		1.988.380	98	1.951.080	3.288	2,00%
IT0004612179	FINNISH GOVT TF 07/12		3.200.000	105,42		3.373.424	106	3.384.736	39.868	4,25%
FI0001006165	FINNISH GOVT TF 10/20		400.000	101,09		404.348	102	406.772	10.726	3,38%
FI4000010848	FRANCE O.A.T. I/L TF 01/12		800.000	119,49		955.904	126	1.009.470	12.306	3,00%
FR0000188013	FRANCE O.A.T. I/L TF 04/15		700.000	110,28		771.980	118	828.970	5.446	1,60%
FR0010135525	FRANCE O.A.T. I/L TF 09/19		1.900.000	103,19		1.960.529	104	1.972.091	10.971	1,30%
FR0010850032	FRANCE O.A.T. TF 06/17		4.000.000	105,69		4.227.583	106	4.249.640	102.329	3,75%
FR0010415331	FRANCE O.A.T. TF 08/18		400.000	105,38		421.529	107	428.232	10.915	4,00%
FR0010604983	FRANCE OAT TF 01/12		2.500.000	104,24		2.606.104	105	2.637.125	85.274	5,00%
FR0000188328	FRANCE OAT TF 03/14		3.000.000	100,74		3.022.099	108	3.241.290	22.027	4,00%
FR0010112052	FRANCE OAT TF 04/15		2.000.000	106,55		2.131.070	106	2.119.580	47.753	3,50%
FR0010163543	FRENCH T- BILL TF 10/11 (CUP ZERO)		3.000.000	99,97		2.998.970	100	2.998.860	0	
FR0118786666	FRENCH TREASURY NOTE TDF 06/11		1.000.000	99,98		999.797	100	1.000.440	29.014	3,00%
FR0108354806	GERMAN T-BILL 2010/2011 (CUP ZERO)		3.000.000	99,96		2.998.869	100	2.999.310	0	
DE0001115541	GERMAN TREASURY BILL 06/08/11		3.900.000	99,77		3.890.855	100	3.892.902	0	
DE0001115756	NETHERLANDS GOVT TF 08/11		2.800.000	100,14		2.803.825	100	2.802.576	107.397	4,00%
NL0006173015	NETHERLANDS GOVT TF 09/12		3.000.000	100,99		3.029.560	102	3.055.320	71.918	2,50%
NL0009041359	NETHERLANDS GOVT TF 10/13		2.000.000	101,47		2.029.447	102	2.033.260	33.562	1,75%
NL0009331461	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 02/12		880.000	101,93		896.957	106	934.173	20.373	5,00%
AT0000385356	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 07/19		1.600.000	107,49		1.719.852	108	1.729.824	55.489	4,35%
AT0000A08968	sub-total		68.780.000			70.333.235		70.705.647	1.046.824	

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.10 E 31.12.09

(Un: euros)

Código	Identificação dos Títulos Designação	Quant.	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
							Unitário	Total	Juro a receber	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
	GEMEINSAME BUND TF 01/11		2.000.000	100,29		2.005.788	100	2.004.872	97.808	5,25%
DE0001240075	sub-total		2.000.000			2.005.788		2.004.872	97.808	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
	AYT CEDULAS CAJA TF 04/11		1.000.000	100,69		1.006.880	99	992.800	20.931	4,00%
ES0312361001	BANCO ESPANHOL DE CREDITO TF 05/12		800.000	99,61		796.842	98	782.560	6.932	2,75%
ES0413440076	BANCO ESPANOL DE CREDITO TF 04/11		1.000.000	99,99		999.893	100	1.001.958	31.952	3,75%
ES0413440043	BANCO SANTANDER CENT-HISP TF 05/11		1.000.000	99,98		999.783	100	995.700	23.082	2,50%
ES0413900095	BANK AUSTRIA 01/21		500.000	102,19		510.932	83	417.460	83	1,50%
XS0140907626	BANK OF IRELAND TF 10/13		1.000.000	100,02		1.000.216	91	905.490	9.336	5,88%
XS0555679728	BAYERISCHE LANDESBANK TF 03/11		1.000.000	100,22		1.002.228	101	1.010.230	22.808	3,75%
DE0002131075	CIE FINANCEMENT TF 06/12		1.500.000	99,17		1.487.483	102	1.534.090	51.693	3,63%
FR0010379248	CIF EUROMORTGAGE TF 06/13		1.000.000	99,55		995.468	104	1.036.989	27.908	3,63%
FR0010257683	LANDBK HESSEN-THUERINGEN 03/15		3.000.000	101,63		3.049.046	99	2.972.028	2.880	1,15%
XS0181049205	MUENCHENER HYPOTHEKENBNK TF 05/12		1.000.000	98,43		984.338	103	1.032.300	3.384	3,25%
DE0002158946	SWEDISH COVERED BOND TF 06/11		2.000.000	99,74		1.994.736	102	2.042.206	12.527	3,88%
XS0273264712	sub-total		14.800.000			14.827.845		14.723.811	213.516	
	sub-total		85.580.000			87.166.868		87.434.330	1.358.148	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções									
	sub-total									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	SCHRODER INT EURO CORP - XD	9.617			100	957.513	112	1.081.816	-	
LU0414045319	sub-total	9.617				957.513		1.081.816	-	
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total									
	TOTAL	9.617	85.580.000			88.124.381		88.516.146	1.358.148	
3 - TOTAL GERAL		9.617	88.708.701			91.372.156		91.619.023	1.404.308	

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Victoria - Seguros, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 128.973.859 euros, e um total de capital próprio de 22.037.214 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.602.153 euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 - R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 - R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos seus capitais próprios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7.2, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

- 7. Conforme referido na Certificação Legal das Contas, com referência a 31 de Dezembro de 2009, a Victoria - Seguros, S.A., procedeu à implementação de alguns sistemas de informação que substituíram os anteriormente utilizados e no âmbito do qual se procedeu a um levantamento dos saldos das contas correntes dos mediadores. À data de 31 de Dezembro de 2009, ainda não se encontrava concluído o processo de reconciliação da informação entre os sistemas técnicos e os sistemas contabilísticos no que se refere aos saldos de conta corrente dos mediadores.
- 7.1 Durante o exercício de 2010, a Companhia registou como proveitos o montante de 1.235.000 euros relativos a regularizações decorrentes deste processo. É nosso entendimento que esse montante deveria ter sido registado em resultados transitados. Nesta base, o resultado líquido negativo do exercício encontra-se subavaliado e os resultados transitados negativos sobreavaliados em 1.235.000 euros.
- 7.2 Adicionalmente, salientamos que o processo ainda não se encontra concluído, pelo que não nos é possível concluir sobre o montante dos eventuais impactos da conclusão do mesmo.

Opinião com uma reserva

- 8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7.2, e excepto quanto ao efeito da situação descrita no parágrafo n.º 7.1, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Victoria - Seguros, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Relato sobre outros requisitos legais

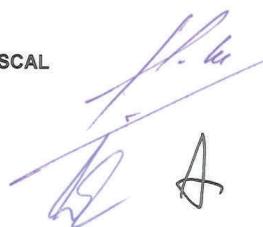
9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 23 de Março de 2011

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2010



Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA-Seguros, S.A.

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da **VICTORIA-Seguros, S.A.** tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, a Conta de Ganhos e Perdas (Conta Técnica e Não Técnica), as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização efectuada, ambos com a seguinte reserva, com cujos teores concordamos:

"Reserva

7. Conforme referido na Certificação Legal de Contas, com referência a 31 de Dezembro de 2009, a VICTORIA-Seguros, SA, procedeu à implementação de alguns sistemas de informação que substituíram os anteriormente utilizados e no âmbito do qual se procedeu a um levantamento dos saldos das contas correntes dos mediadores . À data de 31 de Dezembro de 2009, ainda não se encontrava concluído o processo de reconciliação da informação entre os sistemas técnico e os sistemas contabilísticos no que se refere aos saldos de conta corrente dos mediadores.

7.1 Durante o exercício de 2010, a Companhia registou como proveitos o montante de 1.235.000 euros relativos a regularizações decorrentes deste processo. É nosso entendimento que esse montante deveria ter sido registado em resultados transitados. Nesta base, o resultado líquido negativo do exercício encontra-se subavaliado e os resultados transitados negativos sobreavaliados em 1.235.000.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

7.2 Adicionalmente salientamos que o processo ainda não se encontra concluído, pelo que não nos é possível concluir sobre o montante dos eventuais impactos da conclusão do mesmo.”

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

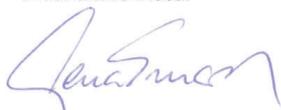
Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral da **VICTORIA-Seguros, S.A.** aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2010;
- b) A proposta de aplicação dos resultados no Relatório de Gestão;
- c) A gestão da Sociedade exercida em 2010 pelo Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, manifestamos o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 24 de Março de 2011

O Conselho Fiscal



João de Lara Everard
(Presidente)



Fernando Valente Gaspar
(Vogal)



José António Almaça
(Vogal)